

RELATÓRIO DE GESTÃO

2021 a 2023 (1º SEMESTRE)



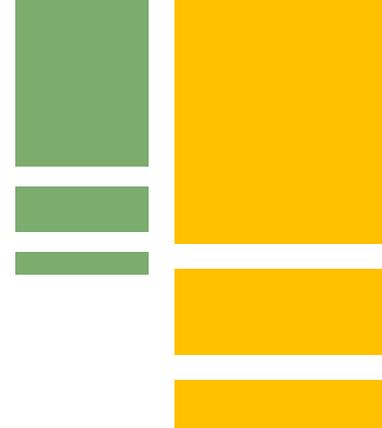
GMF

Grupo de Monitoramento
e Fiscalização



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
ESTADO DE GOIÁS

#EmConstanteEvolução





RELATÓRIO DE GESTÃO 2021 a 2023 (1º semestre)

Desembargador Carlos Alberto França
Presidente do Tribunal de Justiça
do Estado de Goiás

Desembargador Anderson Máximo de Holanda
Supervisor do Grupo de Monitoramento
e Fiscalização - GMF/TJGO.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás



GMF

Grupo de Monitoramento
e Fiscalização

Diretrizes para os GMFs Resolução n. 214/2015 do CNJ

Nomeações pelo DECRETO JUDICIÁRIO
n. 965/2021 do TJGO

COMPOSIÇÃO DO GMF/TJGO

SUPERVISOR

Desembargador Anderson Máximo de Holanda

COORDENADORA ESTADUAL

Telma Aparecida Alves

JUIZ AUXILIAR DA PRESIDÊNCIA

Reinaldo de Oliveira Dutra

JUIZ AUXILIAR DA CORREGEDORIA

Gustavo de Assis Garcia



GME

Grupo de Monitoramento
e Fiscalização

Composição do GMF/TJGO

COORDENADOR ESTADUAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Carlos José Limonge Sterse

MEMBROS

Dr. Alano Cardoso e Castro

Dra. Vaneska da Silva Baruki

Dr. Eduardo Álvares de Oliveira

Dr. Decildo Ferreira Lopes

Dra. Ana Cláudia Veloso Magalhães

Dra. Wanessa Resende Fuso Brom

Thiago Borges Dutra

ASSESSORIA

Leandro Pereira Cardoso

Paula Chavez Cruz



GMF

Grupo de Monitoramento
e Fiscalização

Contextualização

Em conformidade com a Resolução 214/2015 do CNJ, o GMF/TJGO apresenta relatório parcial de ações no período de abril de 2021 até o 1º semestre de 2023.

Diante da necessidade de organizar e fortalecer as estruturas responsáveis pelo sistema prisional e socioeducativo do Estado, o GMF/TJGO, através do monitoramento e fiscalização carcerários, sistematiza diversas ações para melhorias no âmbito prisional e socioeducativo. Atua com a extração de dados, fiscaliza as condições de cumprimento de pena, incentiva a realização de inspeções periódicas, recebe, processa e encaminha reclamações de irregularidades, requer providências para a normalização de rotinas processuais, bem como atua e difunde políticas voltadas à reinserção social de presos e egressos do sistema carcerário.

Como fundamento basilar da Constituição Federal do Brasil, o GMF/TJGO preceitua que o respeito à dignidade da pessoa humana é fundamental para garantia de uma vida livre de discriminação. Outrossim, reforça os princípios estruturados na Corte Interamericana de Direitos Humanos, visando resguardar quaisquer violações, atuando para promover a justiça e reparação.



GMF

Grupo de Monitoramento
e Fiscalização

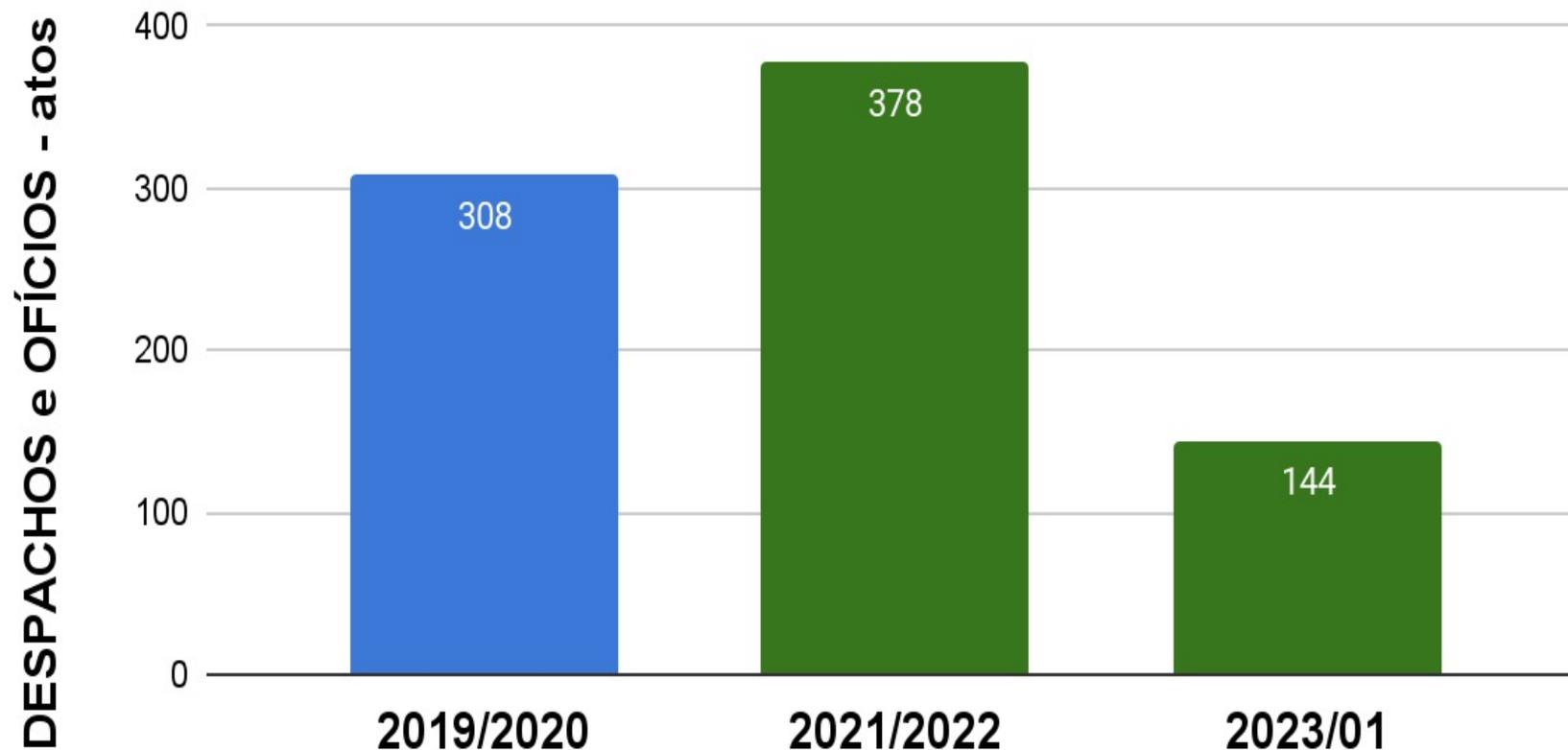
DEMONSTRATIVO DE AÇÕES E ATOS EM DESTAQUE



GME

Grupo de Monitoramento
e Fiscalização

DESPACHOS/DECISÕES e OFÍCIOS



ACRÉSCIMO DE 69,48%

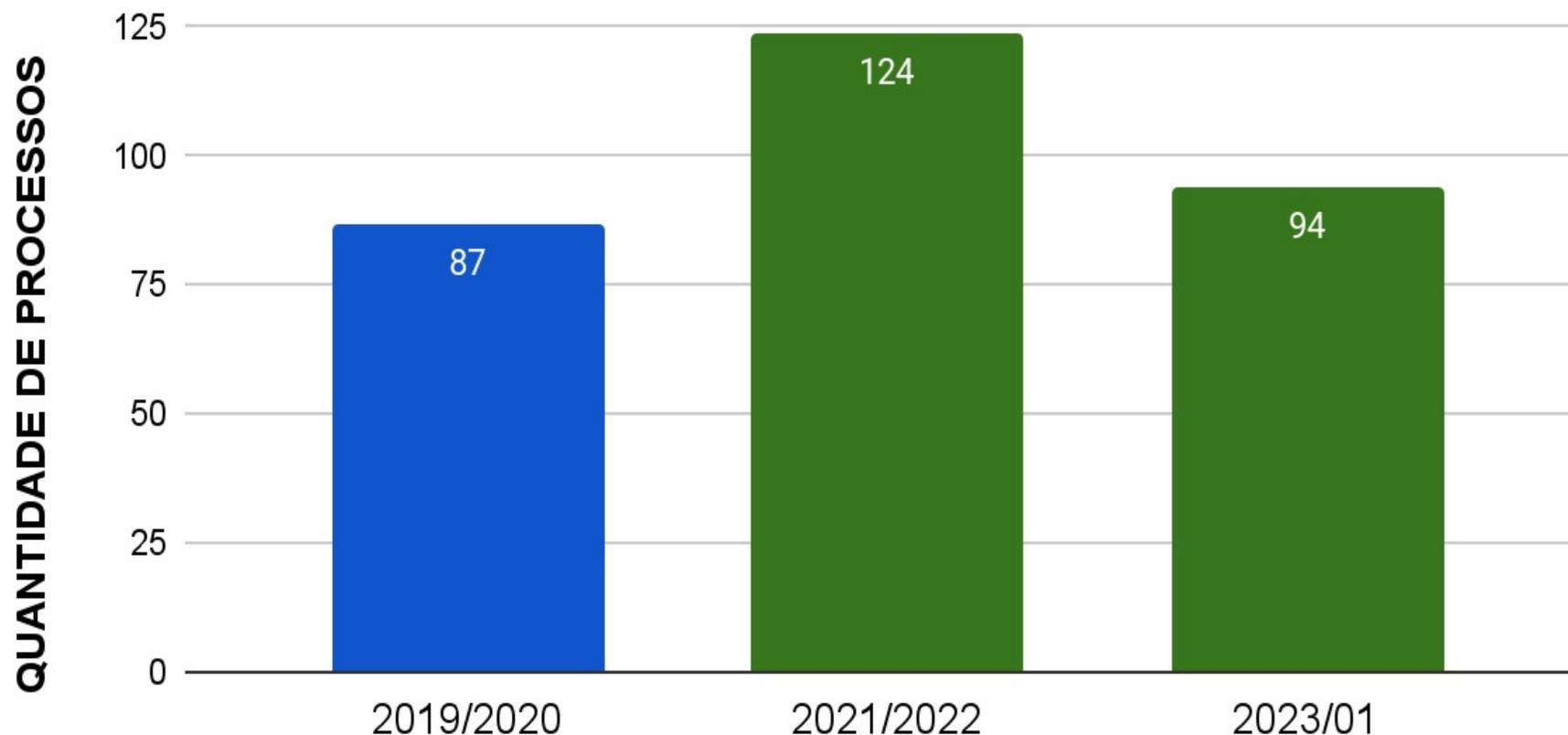
DEMONSTRATIVO DE AÇÕES E ATOS EM DESTAQUE



GME

Grupo de Monitoramento
e Fiscalização

PROCESSOS - PROAD



ACRÉSCIMO DE 150,57%

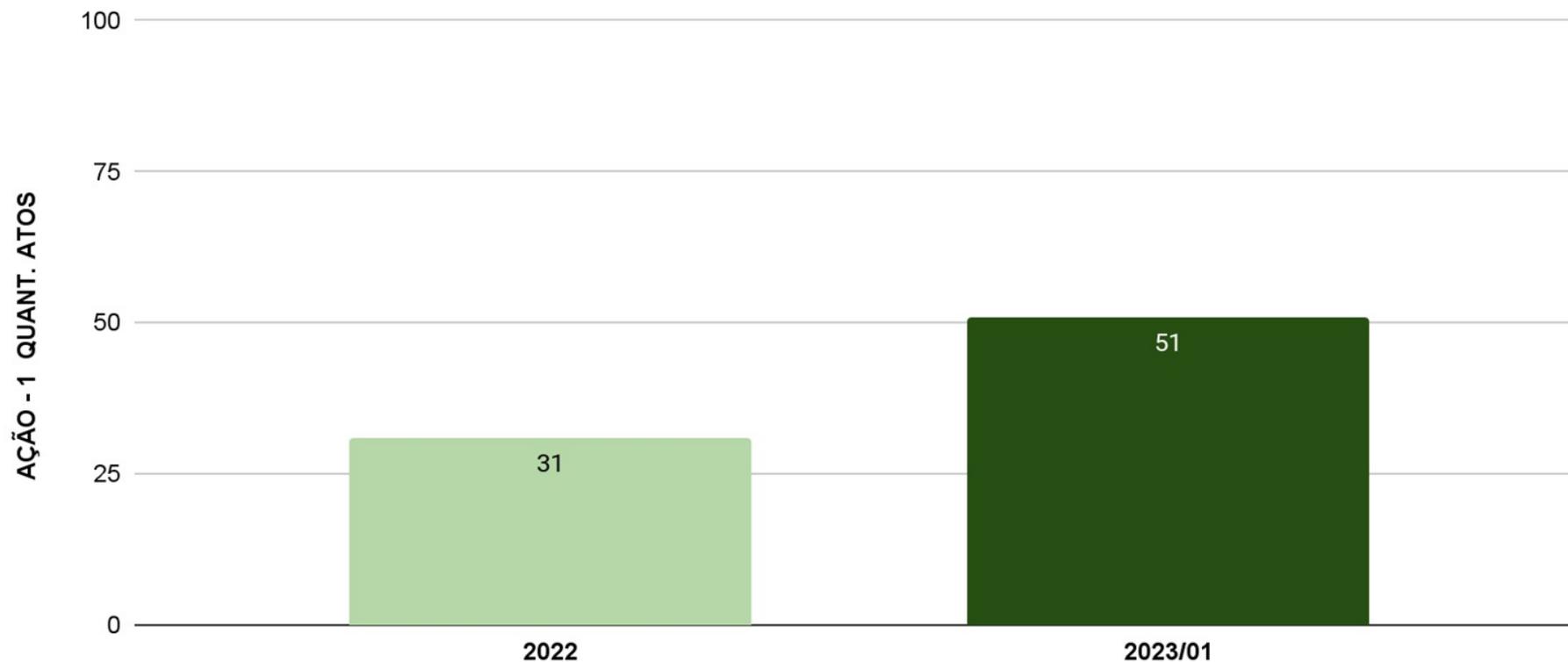
DEMONSTRATIVO DE EVOLUÇÃO - 2022 ao 1º semestre de 2023



GME

Grupo de Monitoramento
e Fiscalização

AÇÃO - 1 Ações e atos de recebimento, processamento e resolução de irregularidades no sistema de justiça criminal



ACRÉSCIMO DE 64%

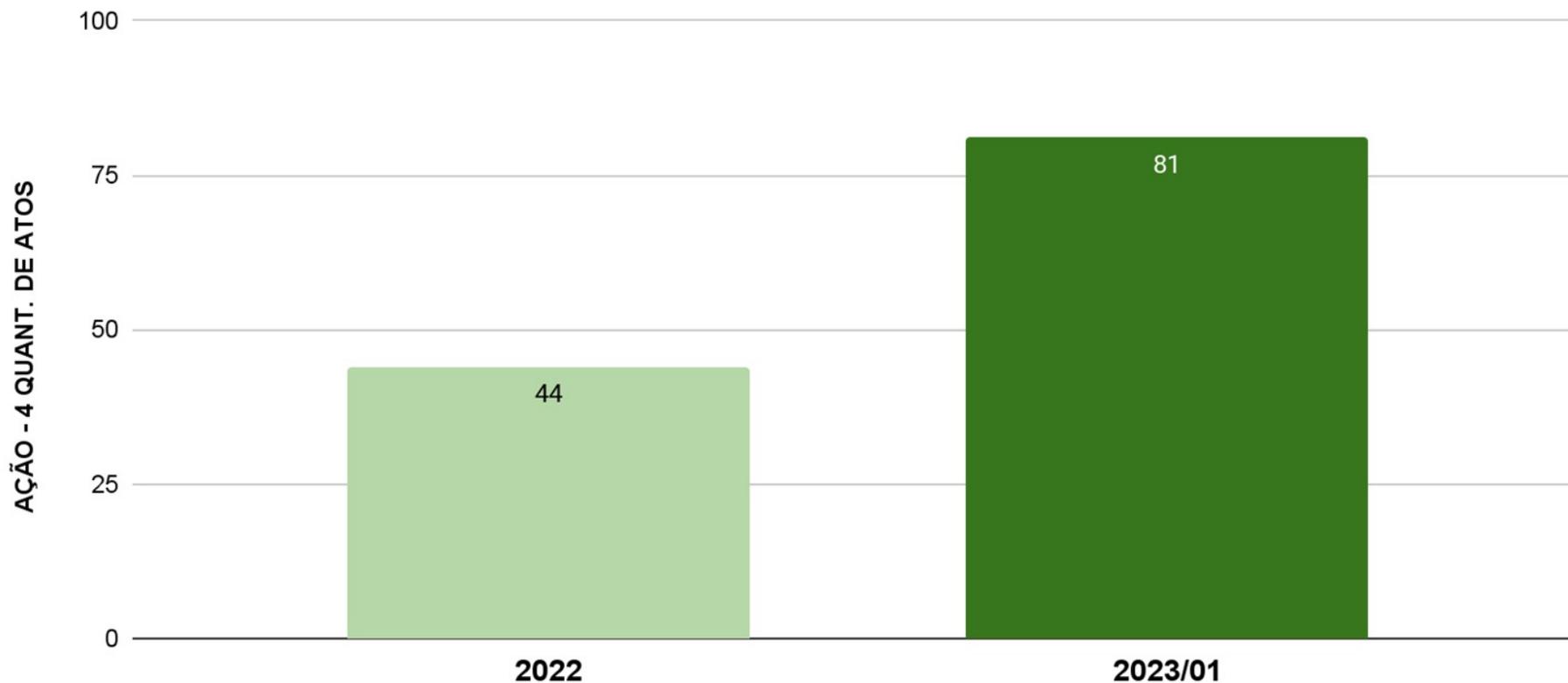
DEMONSTRATIVO DE EVOLUÇÃO - 2022 ao 1º semestre de 2023



GME

Grupo de Monitoramento
e Fiscalização

AÇÃO - 4 Procedimento e resolução de assuntos diversos na secretaria-executiva



ACRÉSCIMO DE 84%

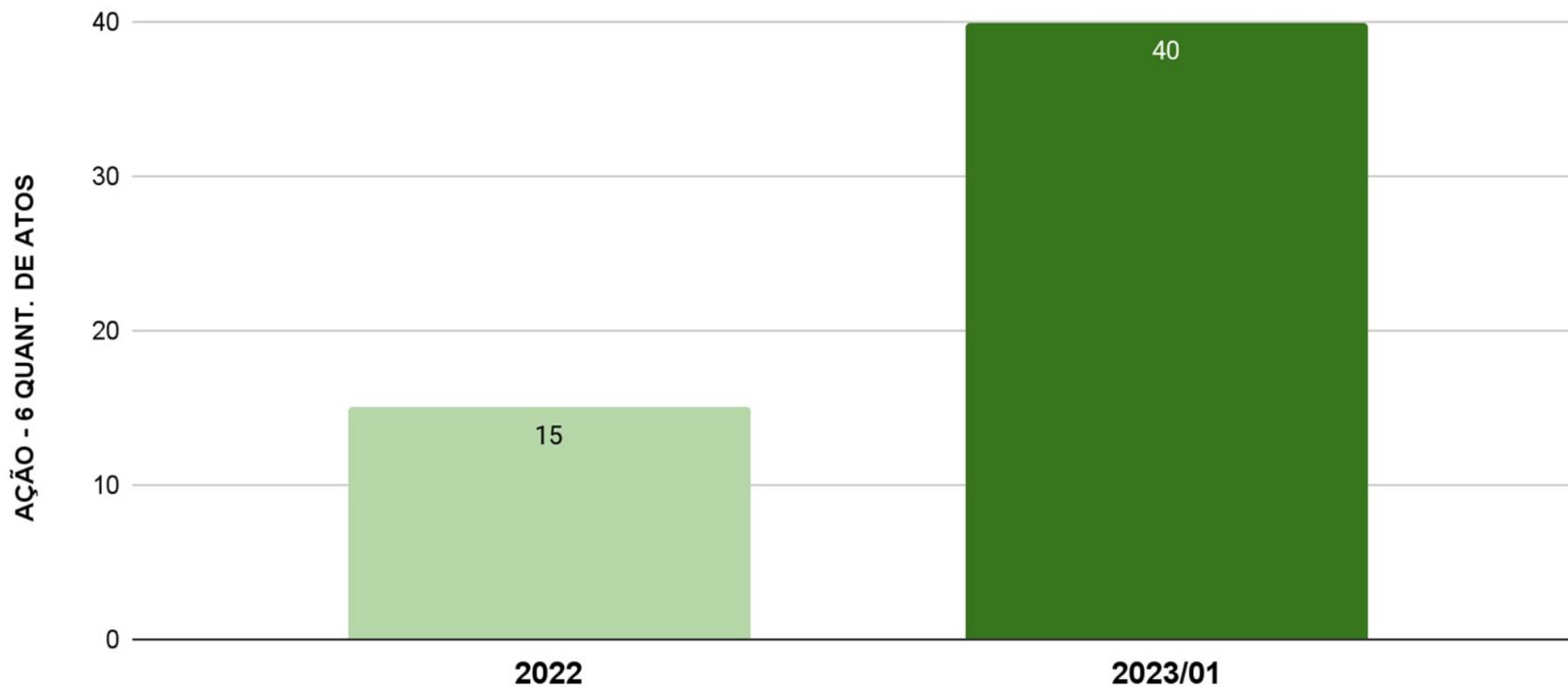
DEMONSTRATIVO DE EVOLUÇÃO - 2022 ao 1º semestre de 2023



GME

Grupo de Monitoramento
e Fiscalização

AÇÃO - 6 Reuniões ordinárias, extraordinárias e administrativas realizadas pelo GMF/TJGO



ACRÉSCIMO DE 166 %

PRINCIPAIS AVANÇOS

- Estabelecimento do Regimento Interno;
- Instituição de 05 Comitês Temáticos através do Decreto 1.788/2021;
- Página institucional para informações gerais com identidade visual própria;
- Colaboração no Mutirão carcerário realizado em setembro de 2022;
- Colaboração no saneamento do BNMP;
- Expedição de recomendações e ofícios circulares - (sobre Escritório Social e Conselhos da Comunidade);
- Acréscimo da Dra. Wanessa Resende Fuso Brom como nova membra do GMF/TJGO;
- Colaboração para elaboração de ato normativo interinstitucional para apuração de denúncias de maus-tratos e torturas no âmbito do sistema prisional goiano;
- Melhorias na elaboração e estruturação do Plano de Ação e Relatório de Ações.



GMF

Grupo de Monitoramento
e Fiscalização

PRINCIPAIS AVANÇOS NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO PROGRAMA FAZENDO JUSTIÇA - CNJ

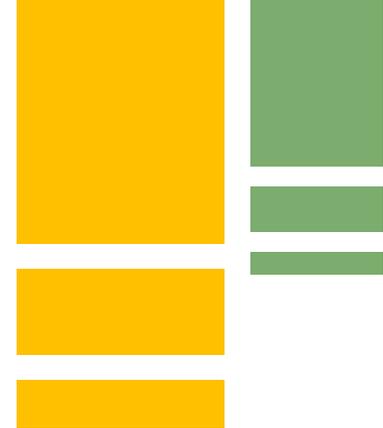


GME

Grupo de Monitoramento
e Fiscalização

- Tratativas para implementar o Plano Nacional de Geração de Trabalho e Renda - (PNAT);
- Apoio e articulações na implementação de inspeções judiciais e enfrentamento à tortura em ambientes de privação de liberdade;
- Articulação para estabelecimento de ato normativo interinstitucional visando o reconhecimento do direito à remição de pena por meio de práticas sociais educativas;
- Apoio na implantação e qualificação da identificação civil e emissão de documentos para custodiados e egressos do sistema prisional.
- Tratativas para implantação de Escritórios Sociais;
- Apoio e fortalecimento dos Conselhos da Comunidade.





150 anos

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
ESTADO DE GOIÁS

#EmConstanteEvolução

